

A Construção de uma Comunhão: tensões e ilusões, convergências e contradições

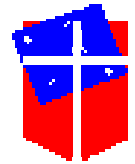
John L. Kater

Atualmente o conceito "Comunhão Anglicana" tem assumido grande importância não apenas no diálogo sobre a "identidade anglicana" e a definição do anglicanismo, mas especificamente no conflito que atualmente abala os anglicanos em nível mundial. Diante disso, vale a pena examinar mais profundamente quais são as raízes desse conceito e como ele funcionou como elemento positivo – e às vezes negativo também – no desenvolvimento de nossa identidade como pessoas e comunidades de fé.

Já vimos que o anglicanismo não nasceu como "comunhão" mas como conceito de uma "igreja nacional", entendida mais como a dimensão religiosa do povo inglês e incluindo, além disso, um conceito de sua missão como instrumento de salvação do povo e guardião de uma ordem social estabelecida por Deus e apoiada por um modelo hierárquico de sociedade e igreja. A Igreja levava a cabo sua missão através do ministério ordenado da Palavra e dos Sacramentos entendidos como meios da graça de Deus. Os clérigos também serviam como agentes da ordem, cumprindo o papel de magistrados em muitas comunidades e apoiando o que entendiam como "virtude cívica". A hierarquia social se experimentava no nível privado da família e no nível público nas estruturas reais (monárquicas), estatais e sociais.

A Igreja da Inglaterra desenvolveu sua própria eclesiologia que insistia no ministério dos bispos como elemento necessário para a plenitude da vida eclesial. A identidade do anglicanismo no final do século XVII incluía, portanto, um conceito de identidade nacional/estatal e um conceito eclesial. Supunha-se que a chamada "sucessão apostólica" era um elemento necessário para garantir que a tradição herdada dos primeiros cristãos fosse mantida de forma incorrupta, princípio recusado veementemente pelos puritanos. O retorno de Carlos II como rei da Inglaterra, Irlanda, Gales e Escócia foi marcado pela restauração do episcopado em todos esses territórios, até mesmo na Igreja da Escócia que havia gozado de considerável independência antes da Guerra Civil e onde muitos calvinistas se opunham fortemente ao ministério dos bispos.

O primeiro esforço por expandir a Igreja da Inglaterra para fora do território britânico aconteceu durante o processo de colonização do continente americano e das ilhas do Caribe. No princípio do século XVII a Inglaterra conseguiu estabelecer várias colônias em diferentes ilhas do Caribe e na costa atlântica da América do Norte. Embora os motivos que impulsionavam os colonizadores fossem parecidos com os

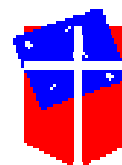


motivos de outros países, ou seja, a busca por riquezas naturais e terra fértil, as colônias inglesas também atraíam dissidentes religiosos não somente ingleses mas de outros países europeus. Assim, desde seus primórdios, as colônias inglesas foram ocupadas por puritanos e membros de vários grupos protestantes que faziam oposição às igrejas estatais que dominavam o continente europeu.

A longa trajetória até o conceito de anglicanismo mundial começa com esse processo de colonização. O governo inglês considerava que tinha a responsabilidade de prover aos seus colonizadores os serviços da igreja estatal até onde isso interessasse aos próprios colonizadores. Capelães da Igreja da Inglaterra acompanhavam as viagens de exploração e as pequenas aldeias estabelecidas tinham sua capela anglicana, com ou sem clérigo. Embora seu primeiro intento fosse o de oferecer assistência pastoral aos cidadãos ingleses fora da Inglaterra, a presença dos povos indígenas e, depois de 1619 de um número crescente de escravos africanos, criou um novo desafio missionário para os ingleses: a conversão desses dois grupos. Os documentos que falam dessa missão indicam que a mesma foi realizada com dois propósitos: a salvação das almas e a extensão da ordem representada pela "civilização inglesa". A resistência de alguns senhores que temiam que o batismo poderia conceder a liberdade a seus escravos foi amenizada por uma declaração real assegurando que a liberdade concedida pelo batismo era de índole puramente espiritual e que não afetava o status da escravidão. Os pregadores anglicanos que impulsionavam a missão aos escravos notavam que, de fato, a conversão apoiava a escravidão, já que os escravos cristianizados se tornavam mais dóceis e obedientes.

Uma crise desencadeada por eventos políticos na Inglaterra no final do século XVII desempenhou papel importante no desenvolvimento do anglicanismo mundial. O rei Tiago II Stuart, coroado em 1685, converteu-se ao catolicismo romano e isso foi causa de grande ansiedade política para o Parlamento e também para muitos cidadãos ingleses. Sua filha mais velha, Maria, criada como anglicana, casou-se com Guilherme, herdeiro do trono holandês. Após a morte de sua primeira esposa, o rei Tiago se casou com uma princesa francesa, também católica. Quando ela deu à luz um filho varão, o Parlamento solicitou a intervenção de Guilherme e Maria na situação. Guilherme chegou à Inglaterra com um exército e o rei Tiago fugiu para o exílio na França. Entre os termos de seu acordo com o Parlamento, Guilherme e Maria aceitaram o trono em conjunto na condição "monarcas constitucionais", ou seja, aceitaram não governar sem o Parlamento. Este momento é conhecido na história inglesa como a "Revolução gloriosa". O Parlamento declarou que Tiago II havia abandonado o trono e que Guilherme e Maria eram os novos monarcas e exigiu que todos os cidadãos jurassem lealdade a eles.

Entretanto, em seu exílio na França, Tiago II negou que tivesse abandonado o trono, argumentando que havia sido destituído contra a vontade de seu poder por um golpe de estado ilegal. Em resposta, o Arcebispo de Cantuária e seis outros bispos



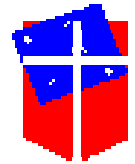
ingleses, todos os bispos da Escócia, cerca de quatrocentos clérigos ingleses, grande quantidade de sacerdotes escoceses e um número desconhecido de leigos, insistiram que o rei Tiago II continuava a ser o rei ungido e que, por isso, era impossível aceitar os novos monarcas.

Frente a esse ato de desobediência, Guilherme e Maria responderam suspendendo todos os que não lhes jurassem lealdade e nomeando novos bispos e clérigos para os postos vacantes. O Arcebispo Sancroft declarou que a Igreja estatal estava em estado de cisma e que o grupo dos que mantinham lealdade a Tiago II era a "Igreja autêntica da Inglaterra".

Este movimento dos que não juraram lealdade a Guilherme e Maria introduz um novo conceito de anglicanismo. Na mente dos "non-jurors" (como ficaram conhecidos), a Igreja inglesa não dependia de sua identidade estatal, ainda que mantivesse uma forte identificação com a figura do rei como agente ou vigário de Deus para o governo e a ordem social correta.

Na Escócia, as conseqüências foram ainda mais drásticas. Confrontados com a desobediência de um grande número de clérigos e de todos os bispos escoceses, os reis e o Parlamento permitiram o estabelecimento da Igreja da Escócia na forma presbiteriana de governo. Os bispos, clérigos e leigos que os acompanhavam fizeram tudo o possível para manter uma comunidade episcopal, mas totalmente desvinculada da Igreja estatal, que era agora calvinista/presbiteriana. Como resultado da "Revolução gloriosa", agora havia três correntes simultâneas e concorrentes: a Igreja da Inglaterra (estatal), a Igreja inglesa liderada pelos *non-jurors* e uma comunidade episcopal na Escócia. O governo impôs restrições sobre as reuniões episcopais na Escócia embora permitisse as chamadas "congregações qualificadas" (ou "autorizadas") que juravam lealdade ao governo mas mantinham sua identidade de igrejas episcopais.

Essas "congregações qualificadas" foram consideradas "em comunhão" com a Igreja da Inglaterra, embora os *non-jurors* tanto na Inglaterra como na Escócia estivessem alijados dessa comunhão. Os *non-jurors* ordenaram novos sacerdotes e bispos para manter sua identidade eclesial. A Igreja Episcopal da Escócia, livre das restrições impostas sobre as igrejas estatais, agora enfatizava cada vez mais sua identidade episcopal frente à Igreja Presbiteriana e sua liberdade de desenvolver sua própria vida interna, o que a impulsionou a desenvolver sua própria liturgia eucarística baseada no primeiro Livro de Oração Comum de 1549, utilizando cálice misto, orações pelos mortos, a invocação do Espírito Santo sobre o pão e o vinho e a oblação ou ofertório dos dons consagrados (elementos ausentes do Livro de Oração Comum utilizado na Inglaterra). Muitos anglicanos ingleses criticaram duramente esses atos



dos episcopais escoceses considerando-os, como expressou um sacerdote inglês, "totalmente subversivos às doutrinas da Reforma e contrários à Palavra de Deus".¹

A relação entre a Igreja da Inglaterra e a comunidade episcopal da Escócia continuou conflitiva até depois da morte do último descendente de Tiago II. Em 1748, foi proibido aos sacerdotes da Igreja Episcopal da Escócia officiar na Inglaterra, proibição que continuou em vigor por mais de quarenta anos. Até a revogação dessa proibição somente os sacerdotes ordenados por bispos ingleses ou irlandeses podiam ocupar os púlpitos e altares da Igreja da Inglaterra. O pleno intercâmbio de clérigos escoceses e ingleses só foi alcançado em 1864². É claro que, apesar da consciência dos vários tipos de laços que os uniam (sejam de tradição, ênfase, política eclesial e ideologia) no desenvolvimento dessas diferentes correntes de fé e prática, é difícil acreditar que existisse na época uma identidade compartilhada que permitisse falarmos de "comunhão". Além disso, há que perguntar em que sentido podemos usar o termo "anglicano" para referirmo-nos a duas igrejas opostas na Inglaterra e a uma Igreja Episcopal da Escócia que sobreviveu sob restrições políticas e eclesiais impostas pelos anglicanos "oficiais" da Inglaterra.

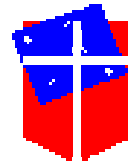
A situação se complicou ainda mais no final do século XVIII quando treze colônias inglesas se declararam independentes da Inglaterra e depois de uma longa guerra conseguiram formar uma nova nação, os Estados Unidos da América do Norte.

A Guerra da Independência representou um duro golpe para a Igreja da Inglaterra situada nas colônias. Seu status durante a época colonial variava muito de acordo com o contexto local. Além disso, as condições sócio-políticas que predominavam nas colônias conduziam para o desenvolvimento de uma igreja diferente da inglesa. Os recursos financeiros eram escassos, a formação de boa parte do clero era precária e sempre faltavam ministros ordenados. Apesar de sua política episcopal, a Igreja da Inglaterra nunca havia nomeado um bispo para as colônias norte-americanas. Por isso havia um ambiente de certa liberdade; em algumas colônias, a ausência de clero suficiente havia aberto responsabilidades aos leigos, como o cuidado dos pobres da comunidade e, em muitos casos, até mesmo o direito de nomear seu próprio pastor.

As mesmas tensões e a diversidade de opiniões que sacudiam a Igreja da Inglaterra, os mesmos marcos litúrgicos e a convivência com diferentes linhas teológicas, as relações com outras igrejas, os direitos e deveres do clero – todas essas

¹ D. T. K. Drummond, "The Scottish Communion Office Examined, And Found to Be Repugnant to Scripture, And opposed to The Articles, Liturgy, and Homilies of the Church of England," Edinburgh, 1842, 3.

² A. Stephenson, *The First Lambeth Conference* (London, 1967), 29-30.



discussões estavam presentes também entre os anglicanos das colônias norte-americanas. Além disso, as condições difíceis das colônias norte-americanas contribuíram para criar uma cultura que enfatizava um individualismo que complementava o sentido de comunidade e que, em geral, conduzia para um sentido proto-democrático, elemento fortalecido pela onda de fervor religioso que se espalhou por todas as colônias nas décadas anteriores à independência e que teve efeitos permanentes na cultura religiosa norte-americana, privilegiando um sentido de piedade pessoal e emocional e, às vezes, desprezando a educação e a reflexão teológica.

A independência dos Estados Unidos, formalizada em 1783, rompeu os laços políticos entre os anglicanos da nova nação e a Igreja da Inglaterra. A guerra teve um alto custo para a Igreja: templos foram destruídos ou ficaram em ruínas; congregações ficaram divididas entre patriotas que defendiam a independência e ingleses que preferiam a monarquia; outras congregações foram dispersas ou extintas pela violência ou a falta de cuidado pastoral. A metade do clero anglicano regressou para a Inglaterra ou migrou para colônias inglesas em outros países.

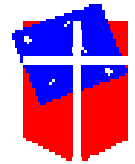
O principal desafio dos anglicanos da nova nação foi decidir como assegurar o futuro e a sobrevivência de uma igreja episcopal em solo norte-americano. No estado de Connecticut, o clero que permaneceu optou por eleger a um dos seus, o Reverendo Samuel Seabury, como bispo de Connecticut e enviá-lo para a Inglaterra a fim de receber a sagração episcopal.

Todos reconheciam que ao ofício do bispo teria que ser redefinido, já que agora o que se vislumbrava era uma igreja nacional mas não estatal – ou seja, uma igreja sem privilégios nem status político, coexistindo com outras igrejas distintas e cujos bispos teriam uma autoridade puramente espiritual e pastoral.³ Apelando aos bispos da Igreja a Inglaterra, o clero de Connecticut declarou que esperavam “preservar a *política religiosa*, a doutrina e disciplina primitiva e evangélica estabelecida e restaurada no tempo da Reforma na Igreja da Inglaterra”. Seu propósito era “completar essa política e instituí-la permanentemente neste país, através do estabelecimento de um episcopado norte-americano”.⁴

O Arcebispo de Cantuária e os demais bispos ingleses recusaram essa solicitação. O argumento que alegaram para tal impedimento tinha a ver com a necessidade de jurar lealdade ao rei, o que era ainda um requisito para a ordenação. Frustrado em seus esforços por conseguir a sagração episcopal na Inglaterra, Seabury se dirigiu à Igreja Episcopal da Escócia onde, em 1784, foi sagrado bispo por três

³ Rowthorn, 43

⁴ Rowthorn, 46.



bispos escoceses.⁵ Seabury e os bispos da Escócia assinaram um Acordo intitulado "Convênio entre o remanescente católico da antiga igreja da Escócia e a Igreja que ora se organiza no estado de Connecticut". Vale perguntar se este Convênio (ou Pacto) entre as duas igrejas episcopais não representou, de fato, a primeira "Comunhão Anglicana", ainda que nenhuma das duas fosse inglesa!

A formação da Igreja Episcopal dos Estados Unidos foi bastante conflitiva. Vale a pena sublinhar a importância do desenvolvimento da Igreja Episcopal em solo norte-americano em termos de seu efeito sobre a definição posterior do conceito de *anglicanismo*. O historiador Robert Boshier comenta que antes do estabelecimento da Igreja Episcopal, o vocábulo anglicano "descrevia uma igreja particular, identificada com a vida nacional, as tradições e instituições do povo inglês". Depois da revolução norte-americana, o conceito anterior se tornara anacrônico: "*inglês* e *anglicano* já não eram termos equivalentes".⁶ Boshier aponta cinco novidades que surgiram com o estabelecimento da Igreja Episcopal:

- a) uma constituição escrita na qual a autoridade dos bispos foi estritamente definida e restrita e na qual foi garantida a participação dos leigos na eleição dos bispos;
- b) um sistema de governo composto por duas câmaras representativas e de poder igual;
- c) o papel dos leigos no processo legislativo e administrativo da igreja;
- d) status igual para todas as dioceses e
- e) um sistema de manutenção financeira voluntário.⁷

Por outro lado, a Igreja Episcopal se manifestou disposta a honrar os laços de doutrina, culto e disciplina que herdara da Igreja da Inglaterra. Seu próprio Livro de Oração Comum fez poucas mudanças para responder ao novo contexto republicano, substituindo as referências ao rei por orações pelo presidente e outras autoridades da nova nação. O prefácio do Livro reconhece que a nova igreja deve "seu primeiro estabelecimento e, por muito tempo, sua manutenção, cuidado e proteção" à Igreja da Inglaterra, mas cita o Livro inglês para insistir que "os ritos e cerimônias são coisas indiferentes e alteráveis".⁸

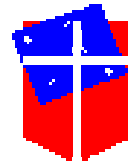
A resposta da Igreja da Inglaterra a essas novidades não foi positiva. Durante os primeiros cinquenta anos, quase não houve contato entre as duas igrejas e somente em 1840 a Igreja da Inglaterra reconheceu ao clero norte-americano os

⁵ Rowthorn, 47.

⁶ R. Boshier, "The American Church and the Formation of the Anglican Communion, 1823-1853" (Evanston, Illinois, 1962), 4.

⁷ Boshier, "The American Church,"

⁸ "Prefacio," del Libro de Oración Común de 1789, *Libro de Oración Común* (Nueva York,



mesmos direitos outorgados aos sacerdotes escoceses. No ano seguinte um clérigo da Igreja Episcopal dos Estados Unidos pregou pela primeira vez em uma igreja inglesa⁹.

Durante a primeira metade do século XIX as igrejas anglicanas em algumas colônias povoadas por um grande contingente de moradores de origem inglesa conseguiram alcançar certos níveis de autonomia e já se governavam por estruturas sinodais mais semelhantes às da Igreja Episcopal dos Estados Unidos que às estruturas da Igreja da Inglaterra. A confusão criada por questões de autoridade entre os sínodos coloniais, o estado e a Igreja da Inglaterra foi um dos motivos do desejo de realizar um sínodo onde estivessem presentes representantes de todas as igrejas relacionadas com a Igreja da Inglaterra, desejo realizado com a primeira Conferência de Lambeth em 1867¹⁰.

O tema da autoridade também estava relacionado com o famoso “caso Colenso”, conflito entre o primaz da Cidade do Cabo e seu bispo sufragâneo, John William Colenso, autor de vários livros que incorporavam elementos da nova crítica histórica à Bíblia e questionando algumas interpretações doutrinárias tradicionais. Os bispos se preocupavam porque idéias semelhantes haviam aparecido em um livro intitulado *Ensayos y Repasos*, cujos autores eram teólogos anglicanos. Na opinião de muitos bispos ingleses, este livro, agora considerado como importante obra para o desenvolvimento da teologia anglicana contemporânea, propunha “erros graves e perigosos, subversivos à fé na Bíblia como Palavra de Deus”.¹¹

A Conferência de Lambeth, presidida pelo Arcebispo de Cantuária reuniu bispos de toda Grã-Bretanha e de oito “igrejas autônomas fora das Ilhas Britânicas em plena comunhão com a Sé de Cantuária”. Outros bispos se ausentaram por vários razões: o Arcebispo de York não compareceu por temer que a Conferência pudesse limitar a independência da Igreja da Inglaterra, apesar dos limites previamente definidos pelo seu anfitrião, assegurando que a Conferência não era “competente para fazer declarações, articular definições ou pontos de doutrina”; sua única função, como “comunhão e conferência fraternal”, seria fortalecer “os laços de paz e unidade fraternal”.¹² De fato, a Conferência não formulou restrições teológicas e afirmou o princípio da autonomia, deixando a cada igreja a responsabilidade por sua própria disciplina.¹³

A primeira Conferência de Lambeth revelou que o anglicanismo já se encontrava em todas as partes do globo. Porém, quase todas as igrejas presentes

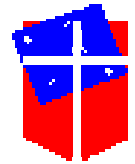
⁹ Stephenson, *The First Lambeth Conference*, 85.

¹⁰ Stephenson, *The First Lambeth Conference*, 85.

¹¹ *The First Lambeth Conference*, 86, 126.

¹² *The First Lambeth Conference*, 188.

¹³ *The First Lambeth Conference*, 328- 331.

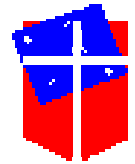


representavam colônias habitadas por um grande número de colonizadores ingleses. As Igrejas refletiam as mesmas diversidades e inquietações que atingiam a “igreja-mãe”. Na Austrália, Nova Zelândia, Canadá e África do Sul, as igrejas eram compostas por pessoas de identidade inglesa e que se sentiam plenamente participantes na vida eclesial de seus antepassados.

O rápido crescimento e expansão do Império britânico e o surgimento de igrejas anglicanas coloniais em todas as partes do mundo criou outro tipo de “anglicanismo missionário”. Esta forma de anglicanismo, dirigida aos habitantes originais de territórios colonizados pelo Império, era bem diferente. Este anglicanismo não chegou como parte integrante da cultura do povo, mas como um elemento do poder imperial imposto sobre um povo conquistado e colonizado. A obra de evangelização em muitos casos era realizada por sociedades missionárias que refletiam pontos de vista diferentes e estreitos dentro do mundo anglicano. A diversidade de idéias e práticas experimentadas nas igrejas de língua inglesa não se repete quando apenas uma dessas perspectivas é transmitida. Por exemplo, por um lado temos a perspectiva evangélica da Igreja do Cone Sul, produto da SAMS (*South American Mission Society* - Sociedade Missionária na América do Sul) ou a da maioria das igrejas anglicanas da África, evangelizadas pela Sociedade para a Missão Cristã e, por outro lado, o anglo-catolicismo das ilhas do Caribe ou da Coréia, nutrido pela USP (The *Unity Society for the Propagation of the Gospel* - Sociedade Unida para a Propagação do Evangelho).

Outros esforços missionários não diretamente ligados à extensão do Império se realizaram durante o século XIX. Às vezes eram dirigidos a países não cristianizados como o Japão e a China e contavam com a participação de missionários de várias igrejas anglicanas. Essas missões tinham propósitos mistos, motivados pela grande visão de “cristianizar o mundo inteiro”, às vezes confundindo isso com a “civilização ocidental”, sua ciência, tecnologia, medicina, educação e sistema governamental. Além disso, preparavam caminho para a inserção de interesses comerciais ingleses e norte-americanos como parte integral da civilização que levavam consigo. Outros missionários anglicanos se dirigiram a países católico-romanos motivados pelo desejo de oferecer uma alternativa religiosa considerada mais apropriada para a época moderna e com o desejo de introduzir um estilo de fé mais aberto à cultura e ao domínio do Atlântico Norte. Assim devemos compreender a primeira expansão do anglicanismo na América Latina.

Os participantes da grande expansão missionária do anglicanismo sempre acalentaram o sonho de igrejas autônomas nos lugares onde trabalhavam e, em muitos casos, esse sonho se tornou realidade. No entanto, em pouquíssimos casos, se apoiou o desenvolvimento de um estilo de fé e igreja realmente ligados à cultura local; ao contrário, as estruturas, o culto, a música, a formação cristã, os recursos educacionais, tudo o que deve pertencer a uma autêntica e autóctone identidade eclesial, existia apenas na forma de traduções dos originais ingleses ou norte-

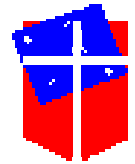


americanos. Por isso não é de se estranhar o ditado que durante muitos anos se ouvia na China: “um cristão a mais, um chinês a menos”.

Se notamos a ausência em muitas igrejas anglicanas de um senso de desenvolvimento do anglicanismo ou da consciência dessa história de conflito e diversidade de opiniões, devemos prestar atenção no conceito de *tradição* que lhes foi transmitido. As igrejas formadas como parte integral da Igreja da Inglaterra entendiam a tradição como viva, dinâmica e participativa, produto de uma longa história de reflexão, conflito e diálogo, capaz de abranger práticas e opiniões diferentes. Porém, o anglicanismo que os missionários transmitiram muitas vezes apresentava um conceito de tradição muito diferente e restrito. Um estudo preparado para a Conferência de Lambeth de 1988 assinalou que o anglicanismo missionário entendia a tradição como o que geralmente se considera “anglicano” o que sempre havia sido praticado pelos anglicanos. “Tradição”, nesse caso, se refere às práticas litúrgicas e rituais do anglicanismo dos séculos XVIII e XIX, apresentadas durante a expansão colonial da Igreja anglicana. O mesmo status era atribuído às práticas tradicionais e às formulações doutrinárias tradicionais, já que ambas foram “ensinadas, transmitidas e recebidas” da mesma forma. Ou seja, foram congeladas no tempo. A tradição se encontrava nas formas cúlitas e se considerava equivalente à prática litúrgica e pastoral anglicana¹⁴.

A longa história do desenvolvimento da Comunhão Anglicana revela que não existe um só conceito de identidade anglicana, mas vários. A palavra “anglicano” tem um significado particular para os episcopais da Escócia e dos Estados Unidos, cuja história inclui fortes conflitos com a nação inglesa e os esforços por criar igrejas autônomas. Mas a palavra tem outro sentido para o anglicanismo das colônias e regiões de língua inglesa onde o desenvolvimento de sua própria nacionalidade transcorreu sem rupturas violentas e onde a herança inglesa continua válida e respeitada. O anglicanismo dos povos colonizados se experimentava à luz da memória amarga dos tempos coloniais e das lutas por libertação que experimentaram. O anglicanismo latino-americano às vezes reflete elementos católico-romanos, indígenas e africanos. O anglicanismo asiático pode revelar influências budistas da cultura em que se encarna. Finalmente, há igrejas anglicanas cujas raízes são muito peculiares. Em Portugal, México, Espanha e Filipinas existem igrejas nascidas da história idônea de suas nações, que abraçaram inquietudes parecidas com as da Reforma e do Iluminismo e se firmaram como igrejas reformadas independentes. Em cada instância, o episcopado lhes foi outorgado por várias igrejas anglicanas e, como resultado, no século XX, essas igrejas acabaram por se associar à Comunhão Anglicana; mas são igrejas nas quais o pano-de-fundo da reforma na Inglaterra, o idioma inglês ou a cultura inglesa, pouca relevância desempenham.

¹⁴ V. Samuel y C. Sugden, *Lambeth: A View from the Two Thirds World* (Harrisburg, PA, 1989), 123.



Para completar nosso retrato do anglicanismo, é preciso mencionar dois tipos de gesto ecumênico e um desenvolvimento teológico que influenciaram na identidade anglicana atual.

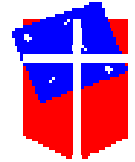
Nos últimos cinquenta anos, os anglicanos de vários países da Ásia (Índia, Paquistão, Bangladesh e China) se inseriram em “igrejas unidas”, que combinam várias tradições em uma só denominação com uma forte identidade nacional. Esses gestos de solidariedade cristã refletem o interesse crescente entre cristãos durante o último século pela reunificação das igrejas divididas na época da Reforma. Essas igrejas unidas dão carne e osso ao propósito ecumênico afirmado pela Conferência de Lambeth há mais de um século no “Quadrilátero de Chicago-Lambeth”, expressando a vontade dos anglicanos de unir-se a qualquer outra igreja que compartilhe ao menos quatro características: a Bíblia como regra e norma de fé; os sacramentos do batismo e da eucaristia; os dois credos universais e o episcopado¹⁵.

Em alguns casos, o episcopado tem sido um elemento outorgado às igrejas pela presença de anglicanos; mas seu desejo de transcender sua identidade anglicana para participar em uma igreja nacional de maior amplitude teológica e espiritual convida-nos a refletir sobre o modo como essas igrejas afetam o conceito de anglicanismo. Na China, os ex-anglicanos fazem parte de uma “igreja pós-denominacional” que incorporou várias igrejas, com exceção da católica romana. Na igreja chinesa, os bispos foram aceitos como elemento opcional da Igreja. Atualmente apenas um sobrevive. É possível que brevemente a Igreja Protestante da China já não seja uma igreja episcopal. Por outro lado, pretende manter laços com todas as denominações que contribuíram para sua identidade eclesial. Qual o desafio que a Igreja chinesa pós-denominacional representa para nossa compreensão de identidade anglicana? Continuam sendo anglicanos, ou não?

Nos últimos anos do século passado, várias igrejas anglicanas firmaram convênios com igrejas luteranas, criando uma situação de “plena comunhão” sem a intenção de unir suas estruturas eclesiais – ou seja, as igrejas continuam identificadas como “luteranas” ou “anglicanas”. Qual o efeito desses eventos para o futuro da compreensão que temos de nossa identidade religiosa e eclesial?

Finalmente, quero ressaltar o desenvolvimento durante o século passado de uma corrente teológica distinta, identificada com os cristãos dos países em desenvolvimento e, sobretudo com os cristãos da América latina. Estou me referindo à Teologia da Libertação, identificada com o diálogo entre a Bíblia e a tradição de fé e o contexto da miséria e opressão humana. Por um lado, essa corrente teológica parece sumamente coerente com o princípio anglicano que relaciona *tradição e contexto*. Mas

¹⁵ Conferencia de Lambeth de 1988, Resolución II, *Libro de Oración Común*, 772.



é preciso assinalar também que a eclesiologia anglicana, mesmo quando apóia os movimentos por justiça, afirma tradicionalmente o valor da ordem como princípio teológico. Como se relaciona um compromisso com a justiça com uma tradição que entende a ordem como valor principal? De que modo o compromisso com a justiça influencia em nossa compreensão da comunhão anglicana?

Quero terminar sublinhando essa problemática para os anglicanos cujo compromisso maior é com a justiça, parafraseando o existencialista francês Albert Camus.

Respondendo às táticas da França na guerra em prol da independência na Argélia, Camus disse: "Queria poder amar ao meu país e, ao mesmo tempo, amar a justiça".¹⁶ Talvez em nosso caso seja preciso dizer: "Queria amar a minha Igreja, minha tradição e minha comunhão – e, ao mesmo tempo, amar a justiça".

¹⁶ Albert Camus, *Resistance, Rebellion and Death: Essays* (Nueva York, 1961), p.5.